

INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Ferdinando Santos de Melo¹
Flávia Augusta Santos de Melo²
Marlene dos Santos Alves³

Resumo: *A inclusão da pessoa com necessidades especiais no sistema educacional brasileiro, apesar de garantida pela CF e pela LDB, defronta-se com gritantes empecilhos que oscilam entre questões subjetivas e objetivas. As dificuldades enfrentadas pela Universidade em relação aos alunos com deficiências serviram de estímulo a origem ao projeto “Inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais na UFS”. O foco central permeia a implantação do laboratório de apoio didático ao deficiente visual, a criação de espaços de reflexão e a viabilização de recursos para a melhoria de acessibilidade. O processo metodológico baseou-se em dois momentos: apresentação e reconhecimento das demandas. Como resultados é possível destacar: a sensibilização da comunidade universitária, a articulação com instituições externas, dentre outros.*

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Acessibilidade.

INTRODUÇÃO

A história da humanidade é permeada por inúmeros contrastes. A contradição presente no processo de inclusão/exclusão está vinculada ao modo como os homens constroem as suas relações sociais.

De acordo com o pensamento de HELLER (2004, p.55) “O desprezo pelo ‘outro’, a antipatia pelo diferente, são tão antigos quanto a própria humanidade”, isto porque as sociedades criam, na esfera da vida cotidiana, padrões e estereótipos que orientam seus membros a compreender a vida social por meio de generalizações.

Considerando o caráter empírico e imediato do pensamento cotidiano, os comportamentos individuais são assim orientados, gerando uma gama de preconceitos com o diferente que permeiam a vida do indivíduo em sociedade.

Seguindo esse pressuposto, os indivíduos orientam-se por um padrão de normalidade socialmente constituído capaz de moldar seus pensamentos e ações.

Ainda à esteira de HELLER (2004, p.47), os preconceitos são “juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão [...]”. É a partir desse pensamento que se encontra a explicação para a resistência dos preconceitos na história da humanidade, até os dias

¹ Pedagogo, Psicopedagogo, Especialista em Didática do Ensino Superior, Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe e Mestrando em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica do Salvador - UCSal.

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Sergipe.

³ Orientadora – Assistente Social, Especialista em Ação Comunitária e Professora Auxiliar do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe.

atuais. Mesmo diante da evolução do pensamento científico, o preconceito consegue resistir à razão, sobrevivendo na imediatividade da vida cotidiana.⁴

Os preconceitos estão presentes em todas as esferas da sociedade; até mesmo nos conceitos e nomenclaturas que utilizamos, em produções científicas e textos legais. Isso fica evidente quando nos referimos ao tratamento das pessoas com necessidades especiais - PNEES.

Na história da humanidade, diversas foram as formas que a sociedade encontrou para referir-se as PNEES, em sua maioria baseadas em padrões de normalidade sobremaneira preconceituosos.

Os primeiros estudos realizados na Europa utilizavam-se dos termos selvagem, débil e idiota para designar a pessoa com “transtorno mental”, fator que está explícito nos trabalhos realizados por Jean Marc Itard⁴, no século XIX, com o “Selvagem de Aveyron”. As palavras acima referidas eram utilizadas com sinônimos; entretanto, o que é comum a todas elas é o sentido de inutilidade do indivíduo e exterioridade à vida social, como não pertencente a um padrão de vida pré-estabelecido.

Com relação à pessoa com deficiência motora, os termos mais utilizados eram paralítico e inválido, expressões que carregam em si o estigma da falta de capacidade do indivíduo realizar qualquer ação. Esses termos atravessaram séculos e ainda hoje são utilizados na sociedade contemporânea, tendo permanecido com seu sentido inalterado.

Ao tempo que essas nomenclaturas conferem ao indivíduo a ausência de deveres, retiram-lhe também os direitos, esvaziando o sentido de cidadania que é peculiar das relações em sociedade.

Mais recentemente, as expressões mais utilizadas são: portadores de necessidades especiais; pessoas com necessidades especiais; portadores de deficiência e pessoas com deficiência. Diante disso, pergunta-se qual a forma mais correta de tratamento, para não incorrer na via preconceituosa inerente à cotidianidade? Talvez a resposta a essa questão não seja tão fácil de ser encontrada, já que, inevitavelmente, adentramos ao campo da subjetividade humana, pois a efemeridade da vida cotidiana, que impede a reflexão do indivíduo, faz com que os mesmos utilizem-se de conceitos que não aparentam ser discriminatórios, mas na sua essência o são.

Começamos pelo termo “portador”, que de acordo com o Dicionário Aurélio significa carregar consigo, levar, conduzir; não obstante ser utilizado na maior parte dos textos legais mais recentes, seu sentido já carrega a inadequação de sua utilização, pois quem porta, conduz um dado objeto, por tempo determinado, de acordo com a vontade do indivíduo. Ao contrário do que ocorre com a pessoa com deficiência, que tem nesta uma característica inerente a ela mesma e que não pode ser despojada no momento que ela queira.

Já o termo deficiência encontra na literatura diversas interpretações. Em sua análise, CORRER (2003, p.26) traz as concepções de alguns autores:

Verbrugge e Jette (1994) apontam a deficiência como um produto resultante da relação entre o sujeito (que pode ou não ser portador de patologias), as exigências do meio [...].

Omote (1995) faz a leitura da deficiência como uma condição social que, embora aparentemente iniciada na consideração da diferença, é construída socialmente, a partir da desvalorização, por parte da audiência social.[...]

Aranha (1995) propõe ser a deficiência uma condição social caracterizada pela

4- ITARD, Jean Marc (1774-1838), médico reconhecido como a primeira pessoa a usar métodos sistematizados para o ensino de deficientes mentais.

limitação ou impedimento da participação da pessoa diferente nas diferentes instâncias do debate de idéias e de tomada de decisões na sociedade.

Diante dessas diferentes concepções, o que se mostra comum é o fato de que a deficiência é um conceito socialmente construído, a partir de um padrão de normalidade inerente a uma dada sociedade, e que não deixa de carregar em si o caráter preconceituoso e excludente.

Dessa forma, entende-se que a concepção de deficiência perpassa por uma relação de reciprocidade entre indivíduo e sociedade, isto é, a deficiência só existe quando a sociedade não está preparada para atender as necessidades de seus membros. A deficiência acaba quando a sociedade inclusiva começa.

De maneira equivocada, utiliza-se como sinônimo de deficiência o termo necessidades especiais, que na verdade, é um conceito mais amplo e na concepção de SASSAKI (1997, p.16) podendo resultar de condições atípicas, tais como diversos tipos de deficiência, autismo, dificuldade de aprendizagem, distúrbios emocionais e transtornos mentais.

A partir dos conceitos abordados percebe-se que a pessoa com deficiência sempre foi tratada de modo preconceituoso e excludente. Ainda hoje, expressões pejorativas e degradantes são consideravelmente utilizadas. Contudo, no decorrer do século XXI, tem-se a perspectiva de modificações nos pensamentos e ações dos indivíduos. O advento do paradigma inclusivista promete essas transformações. O que se espera é que esse novo paradigma ultrapasse a efemeridade da vida cotidiana, e promova reflexões em direção à emancipação dos indivíduos, que estes não sejam vistos apenas como negros, mulheres, homossexuais ou deficientes, mas que sejam vistos como cidadãos; pois o que é comum a todos os seres humanos são suas diferenças, o respeito a elas significa igualdade de direitos e ausência de preconceito.

É com a preocupação de materializar a inclusão, e partindo do sentido social do termo, pois as necessidades do indivíduo devem ser tomadas como direito pelo conjunto da sociedade, deixando assim de serem especiais, para tornarem-se comuns a todos, dentro do respeito às diferenças individuais, que a UFS⁵ inicia seus trabalhos desde o ano de 1996. Os passos foram tímidos e até hoje ainda o são, porém, e com o interesse em cumprir a sua função social, é que a “casa do saber”⁶ se propõe a enfrentar os novos desafios postos na contemporaneidade.

I - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL – NESP

Ao longo da história humana, é freqüente observarmos que inúmeras condições têm sido consideradas como deficientes, elucidando desta forma, um julgamento social, julgamento que vai se sofisticando na medida em que as sociedades vão se desenvolvendo tecnologicamente, em virtude de valores e atitudes culturais específicas.

O século XX pode ser caracterizado como o mais importante para a definição de normas de respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente e à diversidade humana. Em meados do século, começaram a ganhar força, com valor econômico, os conceitos de ecologia e de biodiversidade, e chegando ao seu fim percebe-se e começa-se a valorizar, a diversidade humana. Foi ainda na segunda metade do século passado que surgiram as leis de atenção às pessoas portadoras de deficiência: em 1955, a Organização Internacional do Trabalho elaborou a Recomendação n° 99, sobre a Reabilitação Profissional de Pessoas Deficientes e, em 1983, estabeleceu a Convenção n° 159, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas

5- Universidade Federal de Sergipe

6-Expressão cunhada por CORREIA, Ovidio Valois. **Extensão Universitária: o resgate histórico.**São Cristóvão: EDUFS, 2000, para referendar a Universidade como produtora e reprodutora do conhecimento.

Deficientes; a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes foi aprovada em 1975 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, e o direito à educação para todos foi consagrado pela Organização das Nações Unidas, com a Declaração de Salamanca, em 1994. O movimento em favor da atenção às pessoas portadoras de deficiências tem evoluído, inclusive na terminologia utilizada e, atualmente, essas pessoas são identificadas como pessoas que apresentam limitações na execução de algumas atividades, como consequência de deficiência corporal. As principais frentes de atuação desse movimento têm sido no campo da *acessibilidade*, que consiste na eliminação de barreiras tanto no espaço físico como no espaço digital, e no campo da *equiparação de oportunidades* entre as pessoas com limitações e as demais. Ambas as frentes estão se convertendo em princípios norteadores, a serem observados nos aspectos ligados à educação, à atividade profissional, ao lazer, ao transporte, ao turismo, às comunicações, etc. Depois da Declaração de Salamanca, a qual legitimou as estruturas da educação especial, foi aprovada, no Brasil, em 1996, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB, que contempla a educação especial em seu artigo 58.

Atualmente, os bancos acadêmicos estão sendo cada vez mais ocupados por alunos portadores de alguma espécie de necessidade especial. Segundo as estatísticas do Censo da Educação Superior, o número de matrículas de alunos portadores de necessidades especiais nas Instituições de Educação Superior (IES) aumentou de 2.173 para 6.328 entre os anos 2000 e 2005, o que representa diferença de 191%.

Seguindo este avanço histórico na esfera da educação especial surge, vinculado ao Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, o Núcleo de Educação Especial-NESP, foi fundado em meados de 1996 e seus objetivos perpassam pela reestruturação dos cursos de formação, em consonância com o objeto de estudo, as necessidades educativas especiais, bem como o desenvolvimento de pesquisa e extensão na referida área. (PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1997).

O NESP visa atender aos estudantes com necessidades educativas especiais matriculados na Universidade Federal de Sergipe, além de promover ações voltadas à formação de recursos humanos para lidar com esse segmento populacional.

Além de contribuir para a formação acadêmica, através de orientação e supervisão de Estágio Curricular obrigatório e não obrigatório, são desenvolvidas as seguintes ações pelo NESP:

- ❖ Participação em eventos locais, regionais e nacionais, colaborando com órgãos promotores : comitês, conselhos estaduais e municipais;
- ❖ Incentivo a criação de grupos de estudos e pesquisas sobre o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais;
- ❖ Cursos de aperfeiçoamento profissional, cujos objetivos estavam voltados para a atualização dos conhecimentos teórico-metodológicos dos profissionais que atuam na área.
- ❖ Realização do I Fórum Estadual de Educação Especial na Universidade (1998).
- ❖ Modificações curriculares- inserção da disciplina Educação Especial no curso de Pedagogia (2000);
- ❖ Inclusão de disciplinas de educação especial nos Cursos do programa de Qualificação Docente-PQD;
- ❖ Projeto de extensão em parceria com o CEFET- “Inclusão de alunos com Necessidades Especiais no Ensino Médio”-(2004);
- ❖ Projeto de Extensão –“Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais na Universidade”-(2005/2006);
- ❖ Oficinas de Mobilização e Luta em favor da Pessoa com Deficiência-2006;

❖ Grupo de trabalho sobre inclusão-2006.

Como podemos observar, a prática da inclusão se baseia em princípios diferentes do convencional: aceitação das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana e aprendizagem por meio da cooperação. A inclusão significa a modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer sua cidadania.

Enfim, a prática educacional reconhece a inclusão e a participação como sendo essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício de direitos. O princípio fundamental da Universidade inclusiva é o de que todos os graduandos deveriam aprender juntos, independente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As Instituições de Ensino Superior inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagens e assegurando uma educação de qualidade a todos por meio de um currículo apropriado, modificações organizacionais e parcerias com a comunidade. Para tanto, deveríamos eleger e vigiar políticos comprometidos com esse ideal de mundo, de uma sociedade menos excludente e mais inclusiva, cujas propostas primem por setores básicos que elevem o Brasil a essa condição.

II-PROJETO LABORATÓRIO PARA ESTUDANTES PORTADORES DE NECESIDADES ESPECIAIS DA UFS

O projeto Laboratório para Estudantes Portadores de Necessidades Especiais, compõe o Programa “Políticas de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social como Ferramentas de Inclusão Social”, apresentado ao MEC / SESU pela Pró – Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Federal de Sergipe. O período de realização compreendeu os meses de janeiro a setembro de 2006. Este foi pensado a partir das dificuldades enfrentadas pela instituição para a inclusão dos dez (10) alunos com deficiência, matriculados nos seguintes cursos: Letras (05), Serviço Social (02), Direito (01), Ciências Contábeis (01) e Ciências Econômicas (01). A inclusão desses alunos limitava-se a frequência às aulas devido ao esforço individual e familiar para a superação dos desafios postos ao processo de inclusão social, pois a Universidade não dispunha das condições mínimas indispensáveis que vão desde rampas, material em Braille, profissionais que intermediassem a aprendizagem através da linguagem de sinais, até a mínima tecnologia direcionada aos alunos com necessidades educacionais especiais.

A inclusão da pessoa com necessidades especiais nos sistemas educacionais brasileiros, bem como em suas modalidades - educação básica e educação superior-, apesar de garantida na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, defronta-se com gritantes empecilhos que oscilam entre questões objetivas (locomção, arquiteturas, recursos pedagógicos, entre outras) e subjetivas (indiferenças, discriminação e ideologia).

A elaboração desse projeto e sua conseqüente aprovação anunciavam, para a Universidade, uma possibilidade concreta de contribuição para consolidação do processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, e da ampliação da sua função precípua de produzir, transmitir e disseminar conhecimentos a todos os segmentos populacionais indistintamente.

O projeto teve como objetivo geral contribuir para consolidação do processo de inclusão do portador de necessidades especiais na referida Universidade, e de formação dos profissionais da educação.

E como específicos:

-Sensibilizar a comunidade universitária no tocante ao reconhecimento e valorização dos portadores de necessidades educacionais especiais como sujeitos de direitos com potencial a ser explorado;

-Viabilizar a criação de espaços de reflexão, através do ensino, da pesquisa e da extensão sobre a inclusão social como processo que provoca sentimentos de respeito à diferença;

-Possibilitar o envolvimento de alunos dos diferentes cursos de graduação em ações voltadas para consolidação da inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados nos cursos de graduação;

-Viabilizar o mínimo de infra-estrutura básica para possibilitar ao aluno com deficiências o acompanhamento às atividades didático-pedagógicas do seu curso.

Como metodologia de ação foi estabelecido que o projeto focaria questões objetivas e subjetivas no mesmo grau de prioridade, por considerá-las indissociáveis no processo de inclusão do aluno com necessidades educacionais especiais no sistema educacional como um todo e, em particular, na educação superior, e, em cumprimento ao Capítulo V – da Educação Especial – da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, seriam garantidos momentos de estudos, debates e socialização de experiências de inclusão no ensino superior, paralelos à adoção de medidas concretas e objetivas que facilitassem esse processo de construção da cidadania da pessoa com necessidades educacionais especiais.

O referido projeto foi coordenado pelo Núcleo de Educação Especial do Departamento de Educação da Instituição e, na sua execução, contou com a participação de recursos humanos e materiais da Biblioteca Central, do Departamento de Serviço Social, e ainda, de uma bolsista e duas estagiárias curriculares do curso de Serviço Social.

2.1-Público Atingido:

O projeto, direta e indiretamente, atingiu ao seguinte público:

▶ Os dez alunos com deficiência matriculados nos cursos de Letras, Serviço Social, Direito, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis;

▶ Chefes de Departamentos e Professores dos Cursos de Graduação em Letras supracitados;

▶ Pró-Reitor de Graduação;

▶ Coordenador da Assistência aos Estudantes da PROEST;

▶ Diretor do CECAC/PROEX;

▶ Diretório Central dos Estudantes;

▶ Diretor do Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA);

▶ Prefeito do Campus;

▶ Centros Acadêmicos dos cursos de Serviço Social, Pedagogia, Letras, Direito, Economia e Ciências Contábeis;

▶ Alunos de diversos cursos de graduação da UFS;

▶ Alunos, professores e estagiária do CEFET;

▶ Associados da ADEWISE;

▶ Técnicos do CAP;

▶ Técnicos do IPAESE.

Durante o desenvolvimento das atividades, contamos com a parceria da Associação dos Deficientes Visuais de Sergipe - ADEWISE, do IPAESE, do Centro de Apoio Pedagógico -CAP e do Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe –CEFET/SE.

RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as ações desenvolvidas durante o período de execução do projeto e tomando como referência os objetivos estabelecidos, é possível constatar que:

Houve a sensibilização da comunidade universitária para as questões vivenciadas pelos alunos com deficiência na universidade, na medida que os problemas do cotidiano desses alunos foram discutidos frente às condições objetivas da Universidade Federal de Sergipe na oferta dos serviços, bem como as condições de acessibilidade. Isso ficou patente no momento em que essas questões começaram a ocupar espaço nas discussões em reuniões, seminários e realizações coordenadas por discentes, a exemplo das oficinas itinerantes, realizadas sob a coordenação dos cursos de Pedagogia, Letras e Serviço Social, por ocasião das comemorações do dia nacional de lutas em favor da pessoa com deficiência, quando houve significativa participação de alunos, professores e comunidade externa, gerando, dessa forma, espaços de reflexão sobre o processo de inclusão social e provocando, assim, sentimentos de respeito à diferença.

A inserção, no projeto, de estudantes do curso de Serviço Social, para a realização do estágio curricular obrigatório, contribuiu para promover a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão.

A necessidade de se identificar os alunos com deficiência matriculados despertou nos setores administrativos da Universidade, especificamente no Departamento de Administração Acadêmica, uma melhor sistematização dos dados.

A mobilização dos estudantes e a repercussão das atividades do projeto, provocaram reações positivas em alguns setores da Instituição, em especial a PROEX, a PROEST, PROGRAD e Prefeitura do Campus, no sentido de tomada de decisões quanto à viabilização de condições de acessibilidade dos alunos aos serviços e setores desta Universidade.

A articulação com instituições externas foi importante, pela contribuição dada não só na realização das atividades, mas por ter engendrado internamente um processo de mobilização social considerável.

É importante ressaltar que, com o intuito de refletir com a comunidade universitária sobre o cotidiano dos alunos com necessidades educacionais especiais na referida instituição, assim como analisar as possibilidades desta Universidade em oferecer as condições para a efetiva inclusão desses alunos, foi realizado um seminário interno com setores diretamente envolvidos nesse processo de inclusão educacional. Como o objetivo era atingir, principalmente, os setores administrativos e acadêmicos, a síntese das discussões, assim como o material utilizado para gerar o debate, foram encaminhados a todos esses setores, independentemente de terem ou não comparecido.

Não obstante, os recursos inexpressivos para a implantação do laboratório de apoio didático para o deficiente visual, bem como para a aquisição de equipamentos de informática, o processo de mobilização foi o ponto mais forte do projeto, processo esse que não pode arrefecer, na luta por uma universidade para todos. Daí a necessidade da continuidade dessas ações, para que essa luta seja assumida por todos, visto que as pessoas com deficiência devem receber igualdade de oportunidades na sociedade por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos.

REFERÊNCIAS

CORRER, Rinaldo. **Deficiência e Inclusão Social: construindo uma nova comunidade**. São Paulo: EDUSC, 2003.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 7ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Nº9394/96. Brasília: MEC, 1996.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. 5 ed. São Paulo. Cortez. 2005.

MOREIRA, Laura Ceretta. **A Universidade e o aluno com Necessidades Educativas Especiais: reflexões e proposições**. In: Educação Especial do querer ao fazer.. São Paulo: Avercamp, 2003.

CORREIA, Ovido Valois. **Extensão Universitária: o resgate histórico**. São Cristóvão: EDUFS, 2000.

RIBEIRO, Maria Luisa Spovieri. **Perspectivas da Escola Inclusiva: algumas reflexões**. In: Educação Especial do querer ao fazer. Avercamp. São Paulo. 2003

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

<http://portal.mec.gov.br/seesp/>. Acessos em 10 e 11/05/2006.